REQUERIMENTO Nº , DE 2020
(Do Sr. PROFESSOR ALCIDES)

Requer a redistribuição do PL 1669/2019, para análise de mérito na CFT – Comissão de Finanças e Tributação.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 139, II, alínea “a”, 140 e 32, inciso X, alínea “h” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a redistribuição do PL nº 1669, de 2019, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para permitir que os professores da educação básica pública utilizem os veículos de transporte escolar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nos termos que especifica; e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003”, para análise de mérito na Comissão de Finanças e Tributação.

JUSTIFICAÇÃO

O PL nº 1669 de 2019 de autoria do senador Carlos Viana, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para permitir que os professores da educação básica pública utilizem os veículos de transporte escolar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nos termos que especifica; e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003”,

A matéria foi inicialmente distribuída às Comissões de Educação e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) para a análise quanto à Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa.

Todavia, a proposição, embora meritória, possui impacto orçamentário, podendo ocasionar o aumento de despesas por parte do Poder Público.

Assim, conforme dispõe a alínea “h”, inciso X do art. 32 do Regimento Interno desta Casa, requeremos a redistribuição da matéria para que a Comissão de Finanças e Tributação se pronuncie quanto ao seu impacto orçamentário.

Sala de Sessões, em de de 2.020

**Deputado PROFESSOR ALCIDES
PROGRESSISTAS/GO**